

CONTROLE SOCIAL SOBRE RECURSOS FINANCEIROS DESCENTRALIZADOS A CENTROS DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: O QUE DIZEM OS ESTUDANTES?

Luciana Bandeira Barcelos
Universidade do Estado do Rio de Janeiro
lubbarcelosrj@gmail.com

1.INTRODUÇÃO

Neste trabalho, intenciono refletir sobre o que dizem os estudantes acerca do exercício do controle social sobre recursos descentralizados recebidos por Centros de Educação de Jovens e Adultos (CEJA) — escolas públicas do Rio de Janeiro, que atendem a modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA), em regime semipresencial, por módulos — objeto de pesquisa de uma tese de doutorado já defendida, um estudo de casos, que investigou participação e controle social na gestão financeira destes Centros, considerando a importância que tais práticas, diretamente relacionadas à gestão democrática, adquirem no interior de um CEJA, haja vista os sujeitos que circulam nestas unidades escolares, jovens e adultos já inseridos na vida adulta, em pleno exercício de sua cidadania.

Organizo esta reflexão a partir de discussões teóricas suscitadas no decorrer da pesquisa e de alguns dados que emergiram do campo empírico, relacionados à categoria controle social, em especial à temática “*tomada da palavra e ocupação de espaço público*”, em perspectiva arendtiana, concentrando respostas cotejadas à viabilidade de os sujeitos se fazerem ouvir no CEJA, difundindo opiniões e construindo diálogos, intencionando apreender como compreendem o controle social e seu exercício.

2.METODOLOGIA UTILIZADA

Na pesquisa em referência, destaco a condição humana da pluralidade, que se manifesta na capacidade de ocupar os espaços públicos — própria da condição humana — ideia inicial que norteou a pesquisa, parte do fio condutor pelo qual interpretei os dados obtidos.

Espaço público para Arendt (2015) significa o espaço do “aparecimento do homem”, o espaço do debate político, de revelação do sujeito, quando se é visto e ouvido

pelo outro, assim como quando se ouve e percebe-se o outro. Na perspectiva da autora, é o espaço do agir humano, que se dá por meio da ação e do discurso e onde se produzem acordos entre homens.

Compreendido na pesquisa de origem como direito público subjetivo, integrado pela participação e exercido sobre recursos financeiros descentralizados aos CEJA, o controle social, nesta perspectiva, imbrica-se ao exercício de cidadania, e constitui ferramenta necessária para estudantes de EJA, já inseridos na vida adulta e sujeitos a demandas dessa fase da vida.

Nesta investigação, o tamanho da amostra, cinco unidades CEJA situadas na região metropolitana do estado, a utilização de instrumentos (questionários e entrevistas) construídos especialmente para a coleta de informações, o número de informantes, o olhar voltado para a contextualização das realidades em que sujeitos operam práticas educativas e as informações obtidas, definiram um modelo de pesquisa quantiquantitativo que, em ambientes complexos, possibilitou apreender aspectos generalizantes e não somente singulares da atuação dos sujeitos nos CEJA pesquisados.

A pesquisa alcançou 1589 informantes, entre gestores (10), professores (59), funcionários (7) e estudantes (1513), e alicerçou-se em duas categorias de análise: participação e controle social.

3. DIALOGANDO COM OS DADOS

A categoria controle social se instaurou a partir das temáticas identificadas na categoria participação, compreendida nesta investigação como base para o exercício do controle social.

A diversidade de conceitos e ideias contidos nas respostas alcançadas me levaram a optar por organizá-los pedagogicamente, agrupando-os conforme as temáticas identificadas: a) pertencimento; b) pedagógico; c) político e d) tomada da palavra e ocupação de espaço público, objeto desta reflexão.

3.1. O que dizem estudantes sobre o exercício do controle social?

Referindo-se especificamente ao exercício do controle social, a estudantes foi formulada a seguinte questão “Acha importante ser convidado a dar sua opinião em

relação a questões da escola que envolvem recursos financeiros?”. Dos 1.513 participantes da pesquisa, 1.099 responderam à questão.

Desses, apenas 52% afirmaram ser importante “opinar” na gestão financeira. Dado que difere do obtido em questão anterior, referida à participação de um modo geral, em que 84% dos estudantes mostraram-se favoráveis.

Percebe-se uma certa dicotomia entre os sentidos de participação, quando esta se refere à gestão financeira — traduzida, no âmbito dessa investigação, como exercício do controle social sobre recursos financeiros descentralizados. Embora 84% admitam participar da gestão na escola, apenas 52% o admitem em ações ligadas à gestão financeira.

Estudantes, justificando a necessidade de comprometimento na gestão financeira da escola, discursaram sobre a possibilidade e a importância de se fazerem ouvir nesses espaços, compartilhando opiniões e instituindo o diálogo, explicando os motivos por que consideram essa ação pertinente e especificando modos pelos quais podem/devem tomar a palavra e ocupar esse espaço.

Para estudantes existem: “pontos de vista diferentes”; “cada um contribui de maneiras diferentes”; “eu sendo o beneficiado tenho um olhar diferente dos funcionários”.

As explicações apresentadas evidenciam a compreensão sobre a pluralidade humana, a condição que nos torna iguais ontologicamente e, por isso, permite que reconheçamos mutuamente nossa condição de igualdade; e ao mesmo tempo, permite resguardar nossa dessemelhança como indivíduos que veem e ouvem em posições diferentes, capazes de oferecer soluções diversas para uma mesma questão, agir conjuntamente com outros seres humanos, e conseguir, por meio do diálogo, prosseguir rumo à construção do bem comum.

Em relação aos modos como sugerem *tomar a palavra e ocupar o espaço público*, percebo diferenças de disposição; há participantes que acreditam poder intervir e transformar esse espaço e outros que esperam apenas comentar, o que pode ser percebido nas afirmações destacadas: “porque eu gosto de estar informado”; “mas ser convidado pode fazer diferença e despertar o interesse em participar”.

Como se observa, muitas denotam uma postura inativa em relação ao envolvimento em questões de cunho financeiro, mas podem indicar o início de uma

tomada de posição, que identifiquei como um precedente rumo à *tomada da palavra e à ocupação de espaço público*.

Estudantes afirmaram, ainda, que podem monitorar a gestão financeira do CEJA, porque este “é um direito”; “sou contribuinte, pago impostos”; “a escola é pública”. Demonstram saber que serviços públicos como a educação são mantidos pela população e, por isso, “nós alunos temos o direito de saber para onde é destinada a verba dos nossos impostos”.

E parecem saber que o controle social depende dos usuários, “para não haver gastos desnecessários”; “e evitar que os recursos sejam desviados”. Como se observa, o discurso corrente da corrupção "endêmica" parece estar também apropriado pelos estudantes que, contraditoriamente, ao se considerarem sujeitos de direito para exercer o controle social, afastam uma forma de pensar que julga toda a sociedade como irresponsável ao lidar com recursos públicos.

O não exercício do controle social no que diz respeito à gestão financeira do CEJA, justificado por 48% dos estudantes, é atribuído à pouca presença que têm no CEJA, decorrente da falta de tempo e ao fato de o modelo ter os alunos como "passageiros", ou seja, a mobilidade dos estudantes que permanecem na escola em tempos restritos, o que justificaria não serem eles os atores privilegiados a exercerem o controle social na gestão financeira.

Outros declararam que não o fazem porque “isso não diz respeito ao aluno”; “é um assunto da escola”. Mas, há os que pensam que “alunos não devem se envolver nas questões financeiras”; nem veem necessidade, nem consideram relevante, entendendo que cabe ao diretor.

Essas afirmações talvez evidenciem a pouca clareza e conhecimento sobre o que significa a gestão democrática em uma escola pública no país, até agora, pela tradição autoritária de nossa formação, e pelo fato de, reforçando observação já feita, se atribuir à maior escolaridade uma competência para a gestão que negaria a possibilidade de que quaisquer outros a realizem, coletivamente.

Estudantes ainda se declararam contrários ao exercício do controle social na gestão financeira porque não se sentem competentes ou habilitados para isto. Afirmações como: “não sei ao certo, é preciso estar muito inteirado do funcionamento para poder opinar”; “não entendo de finanças”, reforçam a necessidade do exercício do controle

social no cotidiano escolar, desfazendo a ideia internalizada de que sujeitos da EJA não são capazes de exercê-lo.

4.À GUIA DE CONCLUSÃO

As respostas as questões formuladas aos estudantes na pesquisa, especialmente referidas ao exercício do controle social, interpretadas sob a ótica da temática “*Tomada da palavra e ocupação de espaço público*”, apresentaram diversas definições, revelando os inúmeros entendimentos dos participantes sobre concepções e definições deste termo e muito a dizer sobre o que ocorre no interior de um CEJA.

Alguns indícios me ajudaram a compreender como os sujeitos concebem e experienciam o conceito investigado, dada a singularidade do modo de oferta, em contraponto a formulações do corpo teórico da investigação.

Entretanto, a escassez de conhecimentos sobre planejamento orçamentário e prestação de contas; a cultura política autoritária, as desigualdades de várias ordens constitutivas da sociedade brasileira parecem, de modo geral, ajudar a explicar sentidos e compreensões presentes nas respostas dos estudantes.

A submissão ao poder da autoridade parece gerar o acesso restrito à informação/formação e temor aos espaços de tomada de decisão — condições mínimas para o exercício da cidadania e evidenciam a necessidade de se discutir esses conceitos.

Referências:

ARENDDT, HANNA. A condição humana. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2015.